

Unidos - 2011

representação política

Congresso não define se brasiliense pode votar

A representação política para o Distrito Federal ficou indefinida ontem no Congresso Nacional, depois que o presidente da mesa, senador Jorge Kalume (PDS-AC), deu por encerrada a sessão alegando “falta de quorum” para que se processasse a votação. O presidente encerrou a sessão sem definir o destino da Emenda à Constituição nº 38, do deputado Alceu Collares (PDT-RS), cujo prazo para votação encerra na segunda-feira de novembro.

Segundo os deputados Elquisson Soares (PMDB-BA) e Aluísio Bezerra (PMDB-AC) essa é uma medida que fere o Regimento Interno do Congresso. “Alguma coisa precisava ser dita. Marcar uma nova sessão para hoje ou segunda-feira”. Caso isso não aconteça, a Emenda será arquivada.

A sessão foi suspensa duas vezes, antes de ser encerrada, por causa dos tumultos nas galerias. Na primeira vez Jorge Kalume não estipulou prazo para reinício. O líder do PMDB na Câmara, Odacir Klein, (RS), afirmou que tudo aconteceu por falta de autoridade da presidência da Mesa, e que por ordem das lideranças dos partidos oposicionistas, todos os deputados tinham se retirado do plenário. Não há condições de se prosseguir a votação”, esclareceu. Diante das alternativas, Kalume não teve escolha, e citando o artigo 25 do Regimento Interno, suspendeu a sessão.

Ao final dos trabalhos, ele declarou que tumultos sempre ocorrem quando o assunto é apaixonante. “Não achei nada anormal, e apenas apliquei o Regimento Interno quando já tínhamos atingido o limite de tolerância”. Kalume admitiu ainda que, se reiniciasse a sessão provavelmente haveria quorum.

Abordado ao final da sessão, o deputado Edison Lobão (PDS-MA) disse ter achado tudo muito lastimável. “Vejo com melancolia todo este episódio, mas apesar de tudo continuo no meu firme propósito de votar tantas quanto forem as Emendas sobre este assunto, que aparecerem no Congresso Nacional”.

DEBATES

Vários parlamentares de oposição inscreveram-se para defender a proposta da representação política, e repudiar a posição do partido do governo de não ter comparecido à votação. Alceu Collares, autor da proposta, disse em seu discurso que tudo o que acontece de ruim dentro do Congresso tem sido votado pelo PDS, e tudo de bom que se deixou de fazer, também foi por causa do partido que se ausentou do plenário.

— Não pararemos aqui, continuaremos lutando para aprovação da representação política para o DF, que mais dia menos dia virá de qualquer forma. Quando será a hora do povo brasiliense votar? O líder do governo na Câmara, Cantídio Sampaio, disse que esta hora ainda não chegou. O que o PDS está é com medo de encarar o povo para dizer não. O que falta é coragem”, frisou Collares.

Maurício Fruet (PMDB-PR) afirmou, citando Rui Barbosa: “Governo que não é eleito pelo povo é como moeda falsa, isto é, tem como pena a cadeia. Governo que não vota nos interesses do povo, tem como pena o repúdio do povo”.

Defendendo o partido do governo, o deputado Djalma Bessa (PDS-BA), utilizou-se da condição de líder e falou por vinte minutos sendo interrompido várias vezes por parlamentares de oposição. “A minoria não quer ver que nem mesmo seus representantes compareceram à votação. Logo, não querem que a Emenda Collares seja aprovada”.

Mais uma vez o deputado defendeu seu parecer contrário, dizendo que “Brasília nunca teve representação política e que se isto viesse a acontecer poderia provocar muito tumulto”.

Reação do público desconcerta deputado

Num espetáculo que deixou surpresos os parlamentares, e a mesa do Congresso praticamente sem outra reação a não ser acionar a campanha pedindo silêncio, o público que ocupava pouco mais da metade das galerias saiu em meio à votação da Emenda Collares, “em contestação à farsa que esta votação representa”, segundo a palavra de ordem ditada pelos dirigentes do Comitê pelo Voto.

Gritando slogans como “abaixo a repressão, queremos representação” ou “povo unido jamais será vencido” os populares tentaram se reunir para um comício no Salão Verde do Congresso. Fechadas as portas, o comício acabou por realizar-se no Salão Negro, de onde, a única alternativa era a saída.

FAIXAS

Apesar da rigorosa fiscalização da segurança na entrada para as galerias, — que chegou inclusive a impedir que jornalistas credenciados pelo próprio Congresso entrassem portando caneta e bloco de anotações — cerca de dez faixas acabaram por ser estendidas. Limitando-se a aplaudir os parlamentares que defendiam a Emenda Collares, as galerias foram alertadas logo no início da sessão, pelo presidente da mesa, Jorge Kalume, de que esta seria suspensa se não fosse obedecido o regimento interno, que impede qualquer manifestação.

Um princípio de tumulto chegou a se registrar quando as primeiras faixas foram estendidas e seguranças tentaram apreendê-las.

Foi a gota d'água. Os reforços que imediatamente surgiram não conseguiram impedir que novas faixas e cartazes rabiscados rapidamente à mão aparecessem imediatamente.

COMICIO

Em meio ao tumulto, enquanto prosseguia a chamada para votação e parlamentares tentavam intilmente se fazer ouvir, fez-se um repentino silêncio, quando o presidente do Comitê pelo Voto, Carlos Alberto de Lima Torres, alertou que “não nos iludem as palavras daqueles que não querem que o Distrito Federal vote”. O silêncio, comentaria um parlamentar pouco depois, “mostrou apenas que o povo ainda pode se fazer ouvir, independente de campinhas ou a regimentos”.

O comício, no Salão Negro durou quase uma hora. Em meio aos protestos pela forma como a votação foi conduzida, o

Os seguranças tentavam impedir com violência as manifestações do público

Comitê pelo Voto teve uma sala colocada à sua disposição por Sebastião Gomes da Silva, proprietário das pastelarias Viçosa e “um cidadão que mora nesta cidade há 24 anos e quer votar” segundo ele mesmo se definiu. Ermírio Costa, 50 anos, morador da Ceilândia, mostrava-se desolado”. Eu vi o mato, eu pisei no campim que tinha no lugar deste chão e hoje vejo uma coisa dessas aqui, nesta casa”.

“Uma irresponsabilidade”. Assim, o presidente da Comitiva Regional do PMDB, Maerle Ferreira Lima, definiu a atitude do presidente da mesa, Jorge Kalume, encerrando a sessão sem anunciar qualquer resultado. “Isso mostra que o senador Jorge Kalume, naturalmente, está apenas agindo em função dos interesses do PDS”.

O vice-presidente do PMDB no DF, Fernando Tolentino dizia ao sair do Congresso, que a votação da proposta Fruet, em março, terá uma mobilização muito maior. “Queremos ver o PDS rejeitar a proposta, tendo: a casa cheia, às vésperas de uma eleição e tendo milhões de brasileiros voltados para a eleição. Todo o Brasil estará sabendo que o brasiliense quer votar”.

O Comitê pelo Voto discute hoje a forma que utilizará para levar a todos os Estados, através de associações de classe, o resultado da votação e a forma como ela foi conduzida, conforme prometera anteriormente.

Cantídio admite mudar de posição

O líder do PDS na Câmara, Cantídio Sampaio, garantia, antes da votação da Emenda Collares, que não havia nenhuma interferência do governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, na decisão do partido de manter a posição contrária à Emenda.

De acordo com versões que circulavam pelo Congresso, o próprio Lamaison teria solicitado a Cantídio “que retirasse seus parlamentares do plenário”.

Ele também negou qualquer intenção de fazer manobras como colocar em pauta projetos em regime de urgência, que portanto teriam prioridade sobre a Emenda Collares, que será arquivada se até segunda-feira não for votada.

Ao mesmo tempo em que os líderes oposicionistas garantiam que a cada proposta a luta pela representação política ganha mais força, Cantídio admitia que o PDS pode mudar sua posição. “Tudo é possível, eventualmente pode mudar. Nada é inalterável, nem na vida, nem na política”.

Ao garantir que não tem opinião pessoal “pois falo como líder”, ele deixou escapar que “infelizmente, desta vez, a orientação não mudou”.

MOBILIZAÇÃO

Na próxima quarta-feira, os líderes dos partidos de oposição na Câmara e dos diretórios regionais, os integrantes do Comitê pelo Voto, e as entidades de classe envolvidas na luta pela representação política no DF se reunirão para uma “avaliação do que foi feito em torno do assunto”. Nesta reunião também será traçada uma estratégia de luta visando a aprovação da proposta do deputado Maurício Fruet, que estende a representação para as capitais, territórios e Distrito Federal. A proposta de Fruet será discutida no Congresso em março.

“Perdemos a batalha, mas não a guerra” assegurava o presidente da Comitiva Regional do PMDB, Maerle Ferreira Lima. Nesta guerra, inclui-se também a proposta levantada por Luiz Inácio da Silva, o Lula, há algum tempo, e agora encampada pelo PP, de que se realizem eleições no DF em 1982 “à revelia do que pretende o governo”.

Elias Motta, do PP regional, explica que associações de classe, como a Associação Comercial do DF, estão dispostas a arcar com os custos de uma eleição. “Elegeríamos deputados, senadores, vereadores e formaríamos uma tribuna parlamentar à parte”.

Por outro lado, a mobilização realizada para a Emenda Collares não será desativada. De acordo com o Comitê pelo Voto, “ela será contínua, até que obtenhamos a representação política”.

Reportagem de Maria do Carmo, Sheila Aragão e Luís Antônio (fotos)